

Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa

Nelson Rodrigo Pedon

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus de Birigui, São Paulo, Brasil.
e-mail: nelson@ifsp.edu.br

Rubens Arantes Corrêa

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus de Birigui, São Paulo, Brasil.
e-mail: rubens-arantes@ifsp.edu.br

Resumo

O presente ensaio busca refletir, de forma crítica, sobre a atualidade dos conflitos que incidem sobre a educação nacional. Parte considerável desses conflitos está relacionada ao fato de que determinadas ideologias conservadoras avançam de forma sistemática sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil. Consideradas em conjunto, essas ideologias conservadoras se caracterizam por defender uma oposição às mudanças que resultam tanto do desenvolvimento de teorias e práticas advindas do campo acadêmico quanto das lutas sociais incorporadas à realidade do ensino básico e superior, fazendo da escola e da educação um importante lócus do embate de classes estruturante de nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação; território; currículo escolar; professor.

School and curriculum: an essay about disputed territories

Abstract

This essay seeks to make a critical reflection on the actuality of conflicts that affect national education. A considerable part of these conflicts is related to the fact that certain conservative ideologies advance systematically on the educational policies developed in Brazil. Taken together, these conservative ideologies are characterized by defending an opposition to the changes that derive both from the development of theories and practices derived from the academic field and from the social struggles incorporated into the reality of basic and higher education, making the school and of education, an important locus of the structuring class struggle of our society.

Keywords: Education; territory; school curriculum; teacher.

Escuela y currículo: un ensayo sobre territorios en disputa

Resumen

El presente ensayo busca realizar una reflexión crítica sobre la actualidad de los conflictos que inciden en la educación nacional. Parte considerable de esos conflictos está relacionada al hecho de que ciertas ideologías conservadoras avanzan de forma sistemática sobre las políticas educativas desarrolladas en Brasil. Consideradas en conjunto, esas ideologías conservadoras se caracterizan por defender una oposición a los cambios que se derivan tanto del desarrollo de teorías y prácticas derivadas del campo académico y de las luchas sociales incorporadas a la realidad de la enseñanza básica y superior, haciendo de la escuela y de la educación un importante el locus del embate de clases estructurante de nuestra sociedad.

Palabras-clave: Educación; territorio; currículum escolar; maestro.

Introdução

Neste texto, apresentado na forma de ensaio, é realizada uma reflexão crítica acerca do avanço empreendido atualmente por determinadas ideologias conservadoras sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil. Consideradas em conjunto, essas ideologias conservadoras se caracterizam por defenderem uma oposição às mudanças que são resultados tanto do desenvolvimento de teorias e práticas advindas do campo acadêmico quanto das lutas sociais incorporadas à realidade do ensino básico e superior, principalmente, aquelas relacionadas às reivindicações realizadas a partir da mobilização de grupos e classes sociais historicamente oprimidos mobilizados na forma de movimentos sociais.

De forma genérica, dentre os princípios que fundamentam essas ideologias conservadoras, destacam-se: a) a visão negativa sobre as mudanças defendidas pelos setores sociais minoritários e, em muitos casos, marginalizados; b) uma visão pessimista da natureza humana; c) e uma rígida aspiração por determinado tipo de alinhamento moral que oriente as atitudes, os hábitos e as crenças dos indivíduos, tudo isso numa perspectiva “naturalizante” das relações humanas. Parte dessas ideologias conservadoras até cedem espaço para a implementação de mudanças, todavia, estas devem ser graduais e devem ser pautadas numa perspectiva pragmática, uma espécie de pragmatismo vulgar.

Numa concepção conservadora, a educação formal ofertada pelas escolas de ensino básico deve ser socialmente e politicamente neutra, essa pretensa neutralidade também se estende ao ensino superior. Já numa concepção crítica, a escola tem por finalidade instituir os valores, hábitos e costumes de uma determinada classe ou grupo social como se fossem naturais e universais. Princípios e valores como o tecnicismo, a competitividade de mercado e a dependência e submissão à ordem estabelecida são concebidos de forma descontextualizados, já que associá-los à determinantes sociais e políticos hegemônicos daria margem às especulações ou contestações perigosas para esse quadro social estabelecido, assim como suas relações hegemônicas.

Alguns autores se esforçam em mostrar que a escola possui esse papel conservador, Bourdieu (1998) é um desses; ele adverte que a escola é uma instituição que exerce um papel de sumária importância na manutenção das desigualdades sociais e culturais devido aos mecanismos de seleção social e cultural contidos em seu interior, esse processo frustra o êxito dos alunos pertencentes às classes subalternas e mais pobres, enquanto consagra os esforços daqueles pertencentes às classes dominantes.

O conjunto de reflexões realizadas nas últimas décadas acerca do currículo escolar e de sua natureza exemplifica como os mecanismos de ajuste das classes e grupos dominantes avançaram sobre a escola.

Numa visão meramente técnica, o currículo escolar pode ser definido como um elemento organizador que faz parte da educação formal, ele organiza os conteúdos e atividades previstas no processo de ensino-aprendizagem formal. No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) norteiam, de flexível, a forma de organização das disciplinas e de seus conteúdos, e os denomina de componentes curriculares. A falta de rigidez dessa proposta se justifica no fato de que a extensa dimensão territorial brasileira e a diversidade cultural, política e social do país impossibilitam a adoção de um conjunto referencial único.

Os PCNs vão além da visão meramente técnica ao adotar um conjunto de temas que problematizam os aspectos da vida social e da cultura, os denominados “Temas Transversais”. Os PCNs voltados à segunda fase do Ensino Fundamental propõem uma educação comprometida com a cidadania, elegendo, referenciados no texto constitucional, os seguintes princípios: “Dignidade da pessoa humana” que implica no respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas; a “Igualdade de Direitos” que se refere à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. A “Participação” é adotada como um princípio democrático que envolve a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas, etc., e, por último, o princípio da “Corresponsabilidade” pela vida social que implica em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil (Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, pp. 20-21.)

Destacar os princípios que norteiam uma proposta curricular serve à compreensão do currículo em suas múltiplas dimensões, é importante considerar que ele possui uma história social, assim como uma epistemologia social, só assim se entende como o conhecimento escolar se institui. Isso significa que se deve observar os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacional que são organizados e adotados nos

diferentes contextos, a fim de descobrir quais conteúdos, valores e habilidades são considerados verdadeiros e legítimos num determinado momento, da mesma forma, determinar de que maneira essa legitimidade foi estabelecida.

O exame pelo qual o currículo passou nos últimos anos, em seu conjunto, deu fôlego àqueles enfoques críticos aos arranjos sociais e educacionais hegemônicos, apontando sua responsabilidade na reprodução das desigualdades e injustiças de nosso quadro social e cultural. Assim foi desconstruído o entendimento de que ele era um mero conjunto de conteúdos a ser trabalhado no interior das salas de aula. A continuidade da sociedade capitalista depende da reprodução de seus artifícios econômicos e ideológicos, essa reprodução é sustentada por mecanismos e instituições investidas de garantir o *status quo* sem contestação.

A partir do exposto, concebe-se a escola como um território porque constitui um espaço intencional que permite a seus membros, alunos, professores e dirigentes, se constituírem tanto individual como coletivamente, dando um contorno identitário, agenciado, em última instância, pelas contradições sociais e seus reflexos nas políticas educacionais. Não há dúvidas de que o professor é um protagonista importante nesse processo, já que tem a função de mediar a conscientização social, baseando-se no exercício da razão como forma de emancipação e na democracia, que exige certa preparação do aluno para intervir no mundo. Este é o motivo pelo qual o papel dos professores está presente nos debates sobre a educação no Brasil.

Considerado a importância do professor no processo educacional, fica mais claro ainda que a escola é um território em disputa. Ter poder para definir o papel do professor no processo educacional que ocorre na educação formal é, sobretudo, poder criar fronteiras e distâncias, igualmente, definir o sujeito professor e projetar o futuro. Tem-se, dessa forma, uma relação complexa e problemática, a saber; a educação e o território constituem uma construção simbólica, coletiva e contraditória, já que evocam processos de socialização de valores e princípios, ao mesmo tempo que sustenta um projeto de futuro.

A escola é responsável pela implementação do currículo oficial e pela ação protagonizada pelos professores, é um espaço importante a partir do qual as relações de poder e as relações de produção têm concretude, por isso, esse espaço se torna um território. As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se complexou.

O território tem uma dimensão política intrínseca, na verdade, tem a dimensão de poder no centro de sua constituição. A escola é, aprioristicamente, nesses termos, uma

relação política. É uma relação entre grupos sociais mediada pelos interesses, ideologias e valores territorializados, ela prepara as gerações vindouras para a vida social e para o desempenho profissional, além de conformar diferentes visões de mundo, assim, o embate entre interesses de diferentes grupos e classes sociais têm esses componentes como alvo de disputa.

Os agentes do capital, representantes máximos do *status quo*, têm uma grande necessidade de garantir os meios de sua reprodução, um dos caminhos é projetar para dentro das novas gerações da classe trabalhadora sua concepção de mundo. Com o passar do tempo, essas gerações serão conduzidas à um processo de formação ideológica, cultural e política que acomodará em muitos sentidos sua forma de ver e atuar sobre o mundo à visão dos grupos e classes hegemônicas. Em tese, quanto mais cedo essas gerações de alunos forem educadas no projeto da classe dominante menor será a resistência à sua hegemonia, conformando-as a assumir sua posição periférica na sociedade.

Estudo municípios canavieiros 2010

Em 2010, um consórcio formado por diversas empresas envolvidas com o cultivo da cana, tais como: Itaú, Monsanto, Basf, Dedine, Amyris e Syngenta, entre outras, numa parceria público-privada com instituições governamentais e sindicatos, criou o Projeto Agora, uma de suas ações foi buscar implementar na rede pública de ensino de alguns estados do centro-sul brasileiro a iniciativa intitulada “Estudo Municípios Canavieiros 2010” (<http://www.projetoagora.com.br/municipios-canavieiros>). É importante lembrar que a região centro-sul concentra praticamente 90% de toda produção canavieira nacional.

O projeto foi dirigido aos educandos dos 8º e 9º anos da rede pública, níveis que concentram alunos com idade entre 12 a 15 anos. Foi distribuído aos coordenadores e professores um kit impresso formado por um caderno do professor, alguns fascículos e um DVD multimídia. Segundo seus autores, o material foi elaborado para contribuir com as aulas, oferecendo conteúdo e dinâmica de ensino exclusivos sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Na página 3 do caderno do professor, os idealizadores do material expõem que:

[...] a cana-de-açúcar não é só uma planta já incorporada à nossa cultura, mas, também, um importante agente econômico capaz de gerar riquezas e abrir fronteiras para o futuro. Contar sua história, explicar seus desdobramentos econômicos e refletir sobre suas qualidades é tarefa das mais importantes, porque aproximamos os alunos de uma das maiores riquezas do país, abrindo horizontes e perspectivas. Sobre os objetivos do projeto, aponta: Foi o que tentamos fazer: gerar um conhecimento que possa

ser multiplicado pelo educador e consolidado em sala de aula. E esse mérito será de todos nós (Projeto Agora/Estudo Municípios Canavieiros, 2010, p. 03).

O material apresenta um histórico do desenvolvimento da monocultura e do latifúndio no Brasil, sem tocar nos problemas da falta de diversidade produtiva típica de países cuja econômica primária se funda em monoculturas. Exibe uma história reduzida e descontextualizada do avanço da monocultura empresarial, ignorando os séculos de lutas camponesas ocorridas nos territórios, bem como as disputas vividas pelos diversos sujeitos sociais relacionados ao campo brasileiro. A terra é associada à riqueza e ao progresso, questões como o tamanho da propriedade, o uso da terra e utilização dos recursos e sua relação com o trabalho são ignorados.

O morador dos municípios canavieiros é retratado como um privilegiado, o jovem é representado como um possível empreendedor que deve estar atento às vantagens competitivas ofertadas pelo grande capital, sem tocar na importante particularidade histórica do trabalho escravo e da superexploração do trabalhador rural de nosso país.

O kit educativo é uma cartilha de propaganda da indústria canvieira, mesmo numa leitura rápida, fica claro a manobra de se negligenciar fatos e partes importantes da história nacional, a exemplo da importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da monocultura de cana e a formação dos latifúndios, presente na formação de uma sociedade extremamente desigual. Esses processos estiveram presentes na raiz a expropriação e exploração da classe trabalhadora e da concentração do capital no território nacional.

Como uma cartilha de propaganda da empresa canvieira, é apresentado um conjunto de dados sobre a posição do Brasil no ranking mundial da produção de cana. O país aparece como o primeiro produtor de cana do mundo com 645 milhões de toneladas produzidas em 2008.

O que está ausente no material é mais significativo do que o que está presente. A estratégia é mostrar uma pequena parte da realidade e ignorar questões fundamentais da formação de nosso país, por exemplo: quem são os donos da terra no país? E as sementes, de quem são? Os meandros da comercialização da cana também é uma questão ignorada. O material aborda o crescimento do uso das máquinas, a exemplo das colheitadeiras, e seu impacto na produtividade, mas não trata da real condição vivida dos migrantes da cana nem do desemprego estrutural fruto da mecanização.

Por fim, a produção canvieira é retratada como a principal impulsionadora do desenvolvimento regional, na qual toda a produção material da vida, seja política e cultural, aparece articulada aos anseios dos empresários da cana.

O programa escola sem partido

Tendo sua origem em 2004, o movimento político Escola Sem Partido (ESP) constitui uma iniciativa bastante personalizada na figura de seu fundador, o advogado Miguel Nagib, e, em sua agenda, prefigura o objetivo de denunciar ou dar publicidade ao caráter doutrinário e ideológico da educação básica brasileira, manifestado, sobretudo, na ação dos professores e nas orientações curriculares propaladas pelo Ministério da Educação, que, na concepção dos adeptos ao movimento, sofre um aparelhamento com os ideais de um governo que, na época, tinha uma considerável aproximação com a agenda política do que, em nosso país, convencionou-se denominar por esquerda.

Atualmente, o movimento ESP constitui uma mobilização conjunta de diversos setores sociais, políticos e religiosos que buscam reivindicar uma série de mudanças no sistema legal que organiza a educação nacional. Seu principal propósito é pautar a liberdade de cátedra do docente numa agenda pretensamente livre de ideologia, assim, busca-se regulamentar a já regulamentada prática docente nas escolas brasileiras. Ao expor seus objetivos, o movimento afirma lutar pela “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, pelo “respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” e pelo “respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas convicções” (<http://www.escolasempartido.org/objetivos>).

O movimento ESP compreende uma articulação ampla, composta por grupos que se autodenominam defensores da família, partidos políticos, alguns deles com forte relação com setores empresariais e igrejas. É importante lembrar que grande parte desses grupos religiosos possuem representantes eleitos nas câmaras legislativas Brasil afora. Numa perspectiva geral, esses grupos têm em comum a convicção ideológica de que é necessário, no âmbito escolar, delimitar rigidamente a liberdade do professor no transcurso do processo de ensino aprendizagem e reorientar a escola. Pregam uma escola voltada exclusivamente para a dimensão técnica da educação.

Críticas à professores são constantes, e isso pode ser verificado no site do movimento, sobretudo nos depoimentos de alguns adeptos, outro alvo das críticas é a produção bibliográfica do educador Paulo Freire (produção que recebe a denominação de Pedagogia do Oprimido). Também prefigura como outro alvo de julgamentos as teses ligadas à Teologia da Libertação, notadamente aquelas vinculadas ao pensamento de Frei Betto. Para o ESP, essas teses e teorias são herdeiras do Marxismo. Dessa forma, o Marxismo é concebido como a matriz de toda doutrinação presente na educação básica brasileira, o criador do movimento chama de “contaminação político-ideológica” e os professores são chamados de “doutrinadores ideológicos”.

A partir de 2013, o movimento ESP passou a contar com o apoio de setores sociais organizados, representados por partidos políticos e por organizações como o Movimento Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), que têm em suas agendas a defesa da economia de livre mercado e o confronto com grupos ideológicos com viés transformador, como os movimentos sociais camponeses, o feminismo e aqueles que defendem os direitos humanos.

A principal estratégia do movimento ESP é disseminar um discurso de neutralidade. Assim, a escola deve ser *locus* de uma visão tecnicista da educação e o currículo deve recusar qualquer abordagem ou temática crítica da realidade. Segundo Frigotto (2017), esse movimento lança mão de uma linguagem fundamentada no senso comum, se amparando em dicotomias simplistas como “escola x família” e “professor x aluno”, além de tratar temas bastante complexos de forma superficial, a exemplo das questões de gênero tematizadas no currículo escolar.

Considerando este último ponto, o movimento ESP vem se apresentando com grande relevância nos municípios, unindo representantes políticos de partidos com viés conservador à lideranças religiosas locais que buscam firmar seu espaço no contexto da política local. Nesse processo, em 2014, o Deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro solicitou ao criador do movimento, o Sr. Miguel Nagib, que desenvolvesse um projeto de lei que se assentasse nos princípios do movimento, transformando-os em projetos de lei. Foi elaborado, assim, o Projeto de Lei (PL) nº 2.974/2014, apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) com o objetivo de implementar no âmbito do sistema de ensino estadual o Programa Escola Sem Partido (PESP). Um projeto com o mesmo propósito foi apresentado na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro pelo vereador Carlos Bolsonaro. A partir desse momento, o líder do movimento ESP disponibilizou em seu site o anteprojeto do programa para que deputados e vereadores de qualquer parte do Brasil pudessem apresentá-lo às suas câmaras.

Atualmente, o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 7180/14 e outros) que propunha a criação do Escola Sem Partido em âmbito federal foi arquivado pela comissão especial que tratava do projeto. Caberá aos deputados que tomam posse neste ano de 2019 retomar o tema e discuti-lo num novo colegiado, com novos presidente e relator. A título de hipótese, a retirada do projeto de debate não reflete, necessariamente, um refluxo dos interesses de seus proponentes, mas sim um adiamento com o objetivo de realizar o debate num ambiente mais favorável, uma vez que o novo executivo de todo o aparato que o acompanha são simpáticos ao projeto do ESP, neste aparato, inclui-se um grande número de congressistas recém-eleitos.

A busca por um ambiente institucional mais favorável para inserir a discussão do ESP, da parte de seus defensores, se justifica inclusive, à medida que o Supremo Tribunal

Federal (STF) já vinha assinalado uma postura contrária à implementação do projeto. O STF já decidiu pela inconstitucionalidade da Lei 7.800/2016, do estado de Alagoas, que baseava no projeto Escola sem Partido. Nessa ocasião, o STF considerou que o PL limita direitos e valores protegidos constitucionalmente sem necessariamente promover outros direitos de igual hierarquia.

Todavia, esses PLs estão tramitando na maioria dos estados brasileiros e em dezenas municípios. No âmbito municipal, segmentos religiosos, sobretudo os denominados “setores evangélicos”, agem como importantes grupos de pressão junto às casas legislativas. O principal objetivo desses grupos agremiados à vereadores é inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, na sociedade e na escola, o combate ao preconceito, ao sexismo e à homofobia. Uma prática comum adotada pelos proponentes dos PLs é o *denuncismo* e *alarmismo* em relação aos livros didáticos que tratam da temática.

Algebaile (2017), aponta que os procedimentos de “vigilância, controle e criminalização estão na base dos modelos de anteprojetos de leis federais, estaduais e municipais, fornecidos no site do ESP. Nesses modelos, são estabelecidos mecanismos de monitoramento de atividades escolares e de materiais educativos, sobretudo das atividades docentes e dos materiais que não estejam em conformidade com as convicções do aluno e de seus pais ou responsáveis, no que tange aos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Considera-se que, no que diz respeito a esses aspectos, os valores de ordem familiar teriam precedência, não só sobre a educação escolar, mas poderiam, de acordo com o interesse da família, substituir todo o avanço científico disponibilizado ao conhecimento escolar, expresso pelas teorias e conceitos defendidos e aceitos pela comunidade científica nessas temáticas.

No site do movimento ESP há um conjunto de orientações para que alunos e familiares formalizem denúncias de “professores doutrinadores”. Os PLs que visam implementar o programa ESP nos municípios também apontam essas denúncias como instrumento de controle da atividade docente assim como propõem instalar em cada sala de aula um panfleto apontando o que os professores não podem fazer em sala de aula (segundo as orientações contidas no anteprojeto dos PLs, na etapa infantil, o panfleto deve ser colado na sala dos professores).

Os proponentes desses PLs, e seus adeptos, esperam efetivamente criminalizar e punir os professores com este mecanismo de controle. Estão, sem dúvida, visando o controle prévio do ambiente escolar, da atividade docente e do debate daqueles temas que consideram ideológicos. Críticos desse movimento apelidaram os PLs de Lei da Mordaça.

Esse avanço ofensivo sobre a educação e a escola promovida pelo movimento ESP provocou uma reação contrária que vem se organizando. Esta reação vem ocorrendo

sobretudo nos municípios, com a mobilização de professores e suas entidades, políticos e grupos organizados. Em 2015 alunos e professores dos cursos de História e de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) iniciaram uma mobilização com o objetivo de reunir, organizar e divulgar notícias relativas às ações do movimento ESP, pouco depois foi formado o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, este último talvez seja o mais ativo em âmbito nacional. Para esses movimentos, ter um ambiente livre de controle ideológico e de perseguições é basilar para formação científica e crítica dos alunos e, sobretudo, estimula a construção da consciência cidadã, do respeito à diversidade, da pluralidade de valores, ideias e comportamentos, enfim, daqueles princípios tão propalados pelos movimentos democráticos.

Atualmente, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) estabelece que o ensino deve ser ministrado com respeito à liberdade e apreço à tolerância. A Constituição Federal (1988), por sua vez, antevê a defesa ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” nas escolas. Desse modo, o movimento ESP insurge como uma articulação entre setores sociais e políticos que têm em comum uma face autoritária e monódica, não reconhece como importante a manutenção de valores e ideias múltiplas, o diverso é o inimigo a ser extirpado. Ao negar a liberdade de expressão ao outro, nega sua própria afirmação identitária, pessoal ou coletiva. Recusa, assim, toda subjetividade ligada a uma coletividade cultural diferente, da mesma forma, impõe rígidos limites à liberdade daqueles indivíduos e grupos que, agindo como atores políticos, cotidianamente, buscam por reconhecimento e respeito.

Se aprovado pelas câmaras municipais, os PLs propostos com base nos princípios do movimento ESP reorganizam todo o conjunto de regras que pautam a organização educacional e prática docente do país. A começar pelas proibições de se trabalhar diversos temas presentes no currículo escolar, demandando uma reavaliação dos componentes curriculares, inclusive, das diretrizes nacionais. Vale ressaltar que uma lei municipal não pode contradizer leis federais, de forma que a aprovação desses projetos pelas câmaras de vereadores resulta em inconstitucionalidade.

Ao imputar ao professor a condição de profissional que não possui liberdade de expressão, haverá de se refazer a Constituição Federal, esta mesma necessidade se faz presente na ocasião em que o movimento ESP afasta da escola seu papel educacional, atribuindo esse papel somente à família. Sobre esse último aspecto, é importante advertir que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Por fim, o ESP também se esforça para retirar da escola sua função na formação da consciência cidadã, já que assuntos de atualidade e de carregada dimensão política não devem ser tratados em sala de aula. Ora, como foi apontado, a Constituição Federal do Brasil afirma que a educação deve, entre outros atributos, se responsabilizar pelo pleno desenvolvimento da pessoa, inclusive, seu preparo para o exercício da cidadania. Isto posto, não fica difícil vislumbrar o marcante aspecto inconstitucional dos PLs do programa ESP, já que inverte a ordem constitucional vigente por inúmeras razões; confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88.

Considerações finais

Historicamente, a educação formal e a escola refletem, contraditoriamente, a função de condicionante e ao mesmo tempo de estrutura condicionada das ideologias tanto emancipadoras quanto conservadoras das dinâmicas sociais. A força pela qual essas ideologias se impõem está associada aos contextos aos quais estão inseridas as classes e grupos sociais que as sustentam. Esses contextos podem ser favoráveis à essa imposição quando aqueles que se beneficiam do quadro social estabelecido conseguem mobilizar a sociedade a favor de seus interesses. Os mecanismos para alcançar esse objetivo são múltiplos, mas é inegável o importante papel que a educação formal historicamente desempenhou nesse processo.

As iniciativas analisadas neste texto são exemplos de como a escola constitui um território de avanço e de importância estratégica para as classes e grupos dominantes que não hesitam em se apoiar na dissimulação e na coerção para defender seus interesses e reproduzir sua visão de mundo. Essas estratégias se manifestam tanto na criminalização do trabalho docente e na defesa da bandeira da neutralidade da instrução (supostamente a vertente exclusivamente técnica da formação), como na proposta do ESP, como no incremento de um conteúdo alienante e conservador ao currículo, como no caso do “Estudo do Municípios Canavieiros 2010”.

Referências

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, pp. 63- 75.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 1998. Cap. 2, p. 39-64

CORRÊA, R. A. **Elites políticas e repertório de contestação: intelectuais de São Paulo no contexto da crise do Império**. Territórios e Fronteiras (UFMT. Online), Cuiabá, v. 10, p. 146-160, 2017.

_____.; SERRAZES, K. E. **Políticas de Educação Básica**. Batatais: Claretiano, 2013. v. 1. 186p .

GOODSON, I. F. Currículo: **Teoria e História**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, pp. 17-35.

SACRISTÀN, A. J. **Educação, sujeito, história**. São Paulo: Olho D’Água, 2002.

SILVA, T. T. . Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. B. **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, E. A. S.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Mato Grosso do Sul, Associação dos Geógrafos Brasileiros. v. 1, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.

Sobre os autores

Nelson Rodrigo Pedon – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente - SP. Atualmente é docente EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus de Birigui.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1902-4267>

Rubens Arantes Corrêa – Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus Franca; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São

Carlos – UFSCar; Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus Franca. Atualmente é docente EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus de Birigui. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0095-7534>

Como citar este artigo

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa. **Revista NERA**, vol.22 , n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Nelson Rodrigo Pedon** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela elaboração de gráficos e tabelas; o segundo autor, **Rubens Arantes Corrêa**, pela aquisição de dados, sua interpretação e análise, procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em: 26 de agosto de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019
